



**Correio Manhã**

29-10-2015

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 174177

**Temática:** Justiça

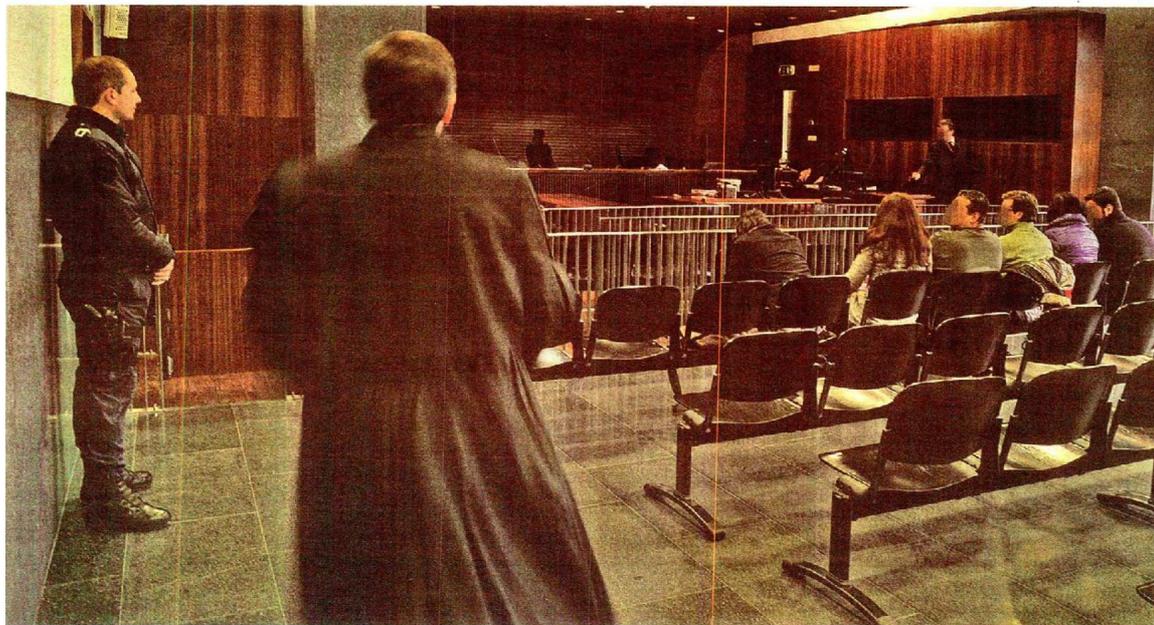
**Dimensão:** 1129

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/10

**APANHADO**  
**Jurista saca**  
**93 mil sem**  
**trabalhar**  
PÁG. 10

LISBOA ■ APANHADO EM INVESTIGAÇÃO DA JUDICIÁRIA E AGORA ACUSADO PELO DIAP



Advogado officioso ainda tentou receber indevidamente mais 21 mil €, que lhe foram recusados pelos serviços do Ministério da Justiça

PJ cruza todas as informações com processos

● A investigação da PJ passou pelo levantamento exaustivo das largas dezenas de supostos atos processuais em que o advogado alegou ter participado, relacionando-as com o que efetivamente se passou em cada um dos processos, nos diferentes tribunais, em que o jurista foi nomeado pelo Estado defensor officioso de arguidos ou assistentes que não têm capacidade financeira para contratar advogados. E os investigadores da PJ detetaram que a maior parte dos atos descritos por José Carlos Afonso nos processos de apoio judiciário, entre 2008 e 2010, para os quais solicitou honorários, não corresponde à realidade. O arguido aguarda julgamento em liberdade, com termo de identidade e residência. ■

# Falso trabalho rende 93 mil € a advogado

■ José Afonso burlou Estado com honorários em dezenas de processos como defensor officioso

● HENRIQUE MACHADO

**I**nventou a sua participação em diligências que não foram sequer realizadas, em dezenas de processos para os quais tinha sido nomeado, pelos tribunais, defensor officioso de arguidos. E reclamou ao Estado 93 mil € em falsos honorários, de 2008 a 2010, que recebeu de forma indevida.

Por isso o advogado de Lisboa, José Carlos Afonso, de 46 anos, está acusado pelo DIAP, na sequência da investigação da Unidade Na-

cional de Combate à Corrupção da Judiciária, por burla informática agravada: foi no Sistema de Informação da Ordem dos Advogados (OA), a que acedeu com a sua palavra-passe através do site da OA, que inseriu dezenas de “pedidos de honorários por intervenção em atos e ações que não havia praticado, obtendo os respetivos valores que não lhe eram devidos”, pode ler-se na acusação.

Além dos 93 mil euros com que burlou o Estado, o advogado tentou receber mais 21 mil €, que foram recusados. ■

🔍 PORMENORES

**1347** ano da canonização de Santo Ivo, patrono dos advogados.

● **JUIZ ECLESIASTICO**  
Ivo de Kermatin foi juiz eclesiástico e ajudou os mais pobres e sem-posses.

● **DEFENDE OS SEM-POSSES**  
Os officiosos são pagos pelo Estado para defender cidadãos sem dinheiro para tal.

## Suspeita de Teixeira da Cruz abriu guerra com a Ordem

● As suspeitas de que havia advogados officiosos a apresentar ao Estado contas de serviços que não prestaram aos cidadãos, levantadas pela ministra Teixeira da Cruz, em 2011, mal tomou conta da pasta da Justiça, levaram-na a entrar em choque com o então bastonário Marinho e Pinto, que reclamava o pagamento de uma dívida de 183 milhões aos advogados officiosos. A ministra ordenou uma auditoria, que não produziu efeitos. A investigação ao advo-



Ministra e Marinho e Pinto

gado José Carlos Afonso, que nada teve a ver com a auditoria e que foi concluída com sucesso pelo DIAP e PJ, é uma exceção. ■